



EXPANSÃO DO COMPLEXO DA SOJA PARA A AMAZÔNIA: DEPENDÊNCIA, DESIGUALDADES REGIONAIS E O ACIRRAMENTO DAS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL NO SÉCULO XXI

Laís Benevenuto de Azevedo ¹

RESUMO

As condicionantes ao processo de expansão do complexo da soja para o território amazônico, especialmente as áreas de incorporação ao Norte, demonstram as dinâmicas envoltas na articulação de um projeto de desenvolvimento calcado na inserção financeira internacional via setor primário, que se implementa a despeito dos adversos efeitos socioecológicos, produtivos e territoriais que a atividade carrega em seu modelo atual. Propomos, a partir dessas observações iniciais, traçar uma investigação centrada em sanar as seguintes questões: como o Estado Brasileiro viabiliza o projeto de avanço da cadeia da soja para a fronteira norte no século XXI? E quais os efeitos socioeconômicos dessa expansão para a dinâmica produtiva/territorial da região? Nossos esforços em respondê-las vão na direção da articulação entre: 1) a financeirização dependente e o desenvolvimento de uma economia do agronegócio no Brasil; 2) o fenômeno da especialização regressiva como expressão interna da dependência e 3) o paralelo entre o avanço da soja e a sanha expansionista do capital. Entendendo que todas as facetas aqui expostas se constituem como expressões locais da estrutura que embasa a reprodução do capital, a partir de uma lente de análise calcada nas teorias marxistas e da dependência, bem como no materialismo histórico-dialético, como metodologia.

Palavras-chave: Amazônia, Soja, Agronegócio, Dependência, Financeirização.

ABSTRACT

The constraints on the expansion of the soybean complex into the Amazon, especially the areas of incorporation in the North, demonstrate the dynamics involved in articulating a development project based on international financial integration via the primary sector, implemented despite the adverse socio-ecological, productive, and territorial impacts of this activity in its current model. Based on these initial observations, we propose an investigation focused on answering the following questions: how does the Brazilian State facilitate the expansion of the soybean chain into the northern border in the 21st century? And what are the socioeconomic effects of this expansion on the region's productive/territorial dynamics? Our efforts to answer these questions focus on the interconnection between: 1) dependent financialization and the development of an agribusiness economy in Brazil; 2) the phenomenon of regressive specialization as an internal expression of dependence; and 3) the parallel between the advance of soybeans and the expansionist zeal of capital. Understanding that all the facets exposed here constitute local expressions of the structure that underpins the reproduction of capital, from an analytical lens based on Marxist and dependency theories, as well as historical-dialectical materialism, as a methodology.

Keywords: Amazon, Soy, Agribusiness, Dependence, Financialization.

¹ Professora substituta do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGeo-UFU). Pesquisadora financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na modalidade Doutorado (GD). E-mail: laisbazevedo@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-1605-1462.



INTRODUÇÃO

Ao trabalharmos com as condicionantes envoltas no processo de expansão do complexo da soja para o território amazônico, com foco nas áreas de incorporação da região Norte do país, buscamos compreender as dinâmicas envoltas na articulação de um projeto de desenvolvimento calcado na inserção financeira nacional ativa, via setor primário, e que se implementa a despeito dos adversos efeitos socioecológicos, produtivos e para as dinâmicas territoriais da região. Por isso mesmo nos interessa observar o incentivo direto do Estado brasileiro desde o último quarto do século XX à conformação de uma base infraestrutural e jurídico-institucional, tanto à economia do agronegócio, em termos mais gerais, quanto à dinâmica própria de expansão do complexo da soja, como resposta à demanda internacional pela *commodity*. Buscamos olhar, ainda, o movimento de avanço dessas agroestratégias no século XXI, especialmente na fronteira norte, e sua ligação direta com o processo de inserção subordinada do Brasil no capitalismo financeirizado, de maneira a demonstrar os limites de desenvolvimento soberano e de superação da dependência no interior de uma estrutura desigual.

Propomos, portanto, uma investigação centrada em sanar as seguintes questões: como o Estado brasileiro viabiliza o projeto de avanço da cadeia da soja para a fronteira norte no século XXI? E quais os efeitos socioeconômicos dessa expansão para a dinâmica produtiva/territorial da região? Nossos esforços em respondê-las vão na direção da articulação entre: 1) a financeirização dependente e o desenvolvimento de uma nova economia do agronegócio no Brasil; 2) o fenômeno da especialização regressiva como expressão interna da dependência e 3) o paralelo entre o avanço da soja e a sanha expansionista do capital; entendendo que todas as faces aqui expostas se constituem como expressões locais da estrutura que embasa a reprodução do capital no Modo de Produção Capitalista (MPC) em sua corrente fase de desenvolvimento, monopolista/imperialista.

METODOLOGIA

Partimos do materialismo histórico-dialético como abordagem teórica e metodológica, base para a investigação a que nos propomos. Do ponto de vista procedimental, nos utilizamos de vasto referencial bibliográfico acerca da financeirização em economias dependentes, da reestruturação produtiva brasileira em torno ao novo padrão de exportação primária e da implantação e expansão das culturas de soja em território nacional, desde a década de 1970, através do rico arcabouço teórico de autores como François Chesnais, Peter Gowan, David



Harvey, Ruy Mauro Marini, Guilherme Delgado, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Leda Maria Paulani, Caio Pompeia e Nazira Camely. Empiricamente, nos utilizamos do acesso a bancos de dados como o Portal de Informações Agropecuárias da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP IRP Global Material Flows), à plataforma de dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAOSTAT), ao Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens (Comex Stat) e para estatísticas de exportação e importação brasileira de produtos agropecuários (Agrostat), ao Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), ao Plano de Dados Abertos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (PDA-INPE) e demais repositórios oficiais nos quais se registram medidas provisórias, leis, emendas constitucionais e documentos de intervenção nas práticas formais relativas à Amazônia, bem como à posse e uso da terra e à exploração de recursos naturais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Duas contradições inerentes à reprodução do capital são fundamentais para a análise do objeto a que nos propomos na presente investigação; são elas a distensão estrutural entre produção de valor e sua respectiva realização e a tendência expansionista do capital *ad infinitum*. Tais características do MPC estão na base do desenvolvimento desigual que pressupõe uma terceira contradição – essa multável, e não inerente – essencial à nossa análise: as divisões do trabalho, em seu caráter territorial e hierarquizado, no plano internacional e nacional. Nessa esteira, identificamos ainda o progressivo avanço violento do capital sobre as fronteiras naturais e a financeirização da economia internacional como desdobramentos dos processos aqui descritos e de seu recrudescimento em contexto de crise estrutural do regime de acumulação capitalista.

No que se refere à contradição produção-realização, podemos observar duas distintas – e opostas – linhas de interesse do capital, constantemente tensionadas na figura do trabalhador/consumidor, que expressa em si o choque entre as esferas do trabalho e da vida, no capitalismo. A mais bem sucedida apropriação de mais-valia pressupõe a compressão salarial, a maximização da produtividade do trabalho – relativa ou absoluta – e a manutenção permanente de um exército industrial de reserva, capaz de limitar o poder de barganha da classe trabalhadora em favor de seus direitos (Harvey, 2016). Por outro lado, a mais bem sucedida realização de capital depende da constante expansão da demanda efetiva de mercado, capaz de



absorver o volume de valor produzido na velocidade necessária à reprodução ampliada, ao passo que se eleva a concentração e centralização (Harvey, 2016).

Essa continuada distensão exprime a ciclicidade da crise no regime de acumulação capitalista: hora sobreacumulação, hora queda generalizada das taxas de lucro. Exprime ainda a própria crise estrutural do capital, tendo em vista o progressivo tensionamento da contradição fundamental produção-realização, mediante a necessidade constante de expansão do investimento – produtivo ou financeiro – para a reprodução ampliada (Harvey, 2016; Barreto, 2018). É a partir daí que o regime de acumulação capitalista se transfigura em essencialmente financeirizado. Tendência pronunciada já ao fim do século XIX e sistematizada/mundializada ao fim da década de 1970, enquanto nova etapa de desenvolvimento capitalista.

A tendência à sobreacumulação – que difere do subconsumo apontado por Luxemburgo (1971) – pressiona o escoamento de capitais a frentes especulativas de investimento, contribuindo para a criação de bolhas de capital fictício e a generalizada fragilização da economia guiada sob o signo das finanças (Hilferding, 1975; Lenin, 2010). Esse movimento tendencial, que acompanha o processo de concentração e centralização de capitais rumo ao domínio do monopolismo, se detém temporariamente frente à destruição massiva representada pelas duas guerras mundiais ao início do século XX, que revelam renovadas frentes de investimento produtivo, ao passo que se busca o apaziguamento da classe trabalhadora progressivamente organizada pela oferta de condições minimamente dignas de reprodução da existência cotidiana, ao menos nas economias centrais (Chesnais, 1996; Harvey, 2004). Ao fim do século, contudo, nomeadamente a partir da década de 1970, a dinâmica de progressiva sobreacumulação e consequente desvalorização de capitais volta a se acentuar, de modo que os fenômenos da mundialização e da financeirização tornam-se centrais à manutenção do ciclo do capital.

Os desafios à hegemonia estadunidense, impostos pelo esgotamento das reservas de lastro em ouro, em 1969, impulsionam um movimento paralelo, que contribui para a consolidação de um novo regime de acumulação: a reforma monetária internacional. A crise energética desencadeada pela quadruplicação do preço do barril do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) se mostra como oportunidade ímpar ao questionamento do regime estabelecido em 1945 em Bretton Woods, que serviria de ignição ao projeto de poder global estadunidense em torno à hegemonia do dólar autolastreado (Gowan, 2003; Harvey, 2004). Essa janela de oportunidade, associada à manobra do Choque Volcker, de 1979, e às negociações com Japão e Alemanha para liberalização da economia internacional, no âmbito da 7ª rodada do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), garantem a abertura forçada das



fronteiras nacionais ao capital financeiro e aos operadores privados, inaugurando a desenfreada mundialização/financeirização característica das décadas de 1980 e 1990 (Chesnais, 1996; Gowan, 2003). A partir daí, a voracidade por novas frentes de investimento embasará o processo de acumulação por despossessão como égide à reprodução ampliada do capital, que abarca tanto a privatária difusa da agenda macroeconômica neoliberal, quanto o avanço sobre os *fronts* naturais inexplorados, especialmente em economias periféricas, vivenciando profundas crises da dívida externa e historicamente subalternizadas na DIT (Harvey, 2004).

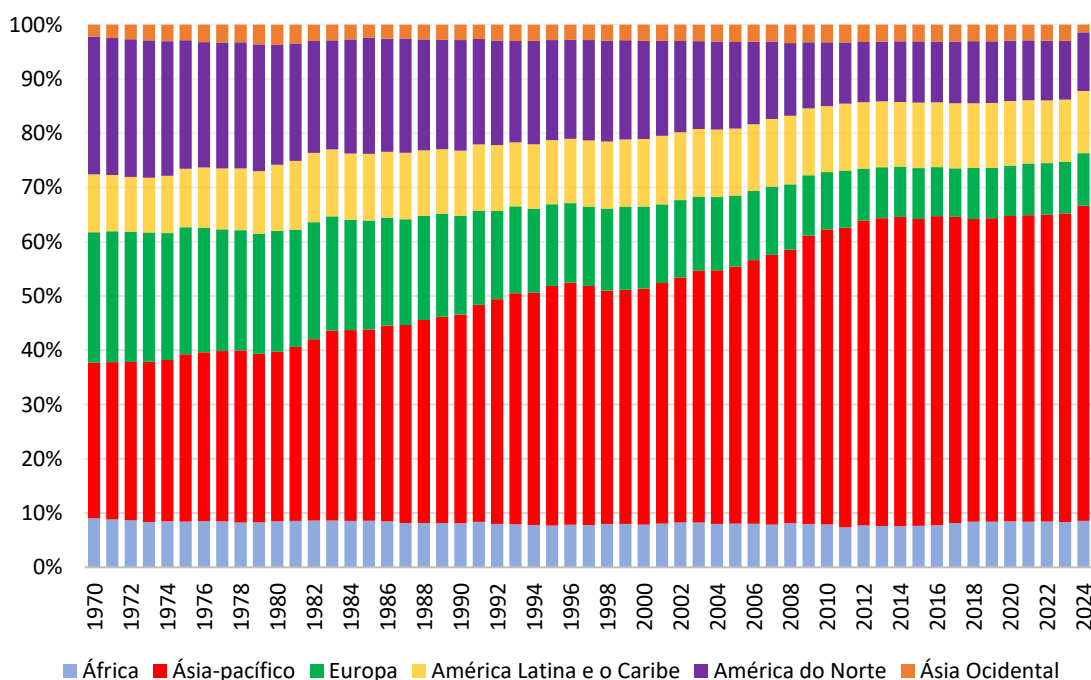
Na chamada periferia do capitalismo, a contradição produção-realização expressa-se de maneira *sui generis* e adquire contornos ainda mais graves mediante a financeirização da economia mundial. Isso porque, conforme nos demonstra Marini (1981), essas sociedades subordinadas convivem com mais uma distensão estrutural: entre as esferas alta e baixa do consumo. O que se resolve, parcialmente, pelo eixo externo, centro dinâmico dessas economias. De todo modo, sistematicamente, o intercâmbio desigual, a deterioração dos termos de troca, a transferência de riqueza ao centro e a superexploração do trabalho restringem sobremaneira as possibilidades de estabelecimento de um mercado consumidor de massa e tendente à expansão, em economias de base primário-exportadora (Marini, 1981). Se o processo de financeirização desencadeia, no centro, aprofundamentos últimos da contradição produção-realização, na periferia, amplia-se o abismo entre as esferas baixa e alta do consumo, o que se converte em ainda maior subordinação dessas àquelas e o retorno pleno do centro dinâmico para o eixo externo. Esse último fenômeno adquire caráter mais severo, quando observamos a globalização e a implantação do pacote neoliberal nas economias nacionais, como estratégias de integração – hierarquizada – dos sistemas financeiros pelo mundo, que permite a desterritorialização da acumulação de capital e uma nova configuração das divisões territoriais do trabalho, totalmente embasada na acumulação por espoliação e no rentismo que conformam o novo imperialismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os efeitos materiais da reconfiguração produtiva que se opera nas economias periféricas frente ao fenômeno da financeirização do capitalismo são expressos pelos dados relativos à extração e exportação globais de matérias-primas: em 2024 o mundo atinge o patamar de 104 bilhões de toneladas extraídas de biomassa, combustíveis fósseis, minerais metálicos e não metálicos, o que representa um aumento de 235%, desde 1970 (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024). Esse crescimento sem precedentes indica a constituição de um

crescente aporte infraestrutural e energético, necessário à maior robustez da capacidade produtiva mundial, relacionada ao aceleração da rotatividade do capital e da expansão das frentes de investimento que denotam a tendência expansionista do MPC (Barreto, 2018; Material Flows, 2024). Para além, é interessante apontarmos que esses fluxos de extração e sua aplicação material, especialmente de minerais não metálicos, concentram-se nas chamadas economias emergentes, se relacionando fortemente à indústria da construção civil e à instalação de atividades ligadas às cadeias globais de valor, o que ilustra a conformação da nova DIT e a especialização regressiva de economias periféricas, alicerçada no espraiamento da teoria das vantagens comparativas (Delgado, 2012; Material Flows, 2024).

Gráfico 1: Participação na extração doméstica mundial de matérias-primas por região, em porcentagem, 1970-2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database²

Essa tendência se confirmar quando observamos o acentuamento da participação total da América Latina e o Caribe³ na extração e exportação de matérias-primas, contrastada ao

² Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

³ Enfoçamos nossa análise nos dados relativos à América Latina e o Caribe, tendo em vista a natureza do objeto em discussão, todavia é interessante observarmos rapidamente o cenário do continente asiático, para compreendermos as possibilidades outras de reestruturação produtiva mais autônoma. A participação percentual da Ásia nas extrações globais de matérias-primas passa de 25% em 1970 para quase 60% em 2024 (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024). A industrialização massiva chinesa e indiana são os fatores principais na intensificação dessa tendência, em especial de 2000 em diante. Ao mesmo tempo, podemos constatar um crescimento menos explosivo da participação do continente asiático nos fluxos de exportação de produtos



decrescimento da participação da Europa e América do Norte na mesma categoria. A América Latina e o Caribe apresentam crescimento percentual moderado⁴ – por volta de 1% - em sua participação global na extração doméstica de matérias-primas, saindo de 9,25% em 1970 para 10,64% em 2024 (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024). Apesar dessa tendência percentual, os volumes totais de matérias-primas extraídas e exportadas crescem consideravelmente e não acompanham o mesmo patamar de consumo interno, o que indica produções mais voltadas à alimentação das cadeias globais de valor com produtos básicos e semi-elaborados (Material Flows, 2024). Ou seja, não se tende ao desenvolvimento das forças produtivas nessas economias, mesmo mediante a construção do aporte infraestrutural que passa a conectá-las ao comércio globalizado. Por outro lado, a participação da Europa e da América do Norte⁵ na extração de matérias-primas cai pela metade no período, com ambas as regiões saindo do patamar de aproximadamente 20% de participação na extração global em 1970 para menos de 10% em 2024 (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024). Esse declínio se dá especialmente em razão da substituição da extração doméstica pela importação de produtos básicos e semielaborados que acompanha a dispersão geográfica da produção industrial global (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024).

O que observamos, portanto, é uma reconfiguração produtiva e dos fluxos de capitais em torno à nova DIT que emerge tanto do processo de financeirização do capitalismo, quanto dos avanços técnicos informacionais e científicos. Esses últimos impulsionados pela ampliação sem precedentes do volume de capital acumulado em decorrência dos processos de expansão do capital fictício na economia internacional, que forçam a abertura de novas frentes produtivas ao capital privado nas economias periféricas. Os organismos financeiros multilaterais também contribuem para a disciplinarização dessas economias, nesse sentido, fazendo-se agentes centrais do novo imperialismo; o qual, entre outros, procura o controle e manejo dos recursos naturais, em vistas de valorização financeira futura, que leva a uma total mercantilização e financeirização da vida humana e não-humana na modernidade.

Nesse ponto, estabelece-se, domesticamente, uma classe rentista e entreguista, ávida

básicos e semi-elaborados, que sai de 27% para quase 42% entre 1970 e 2024 (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024). O que indica ainda uma certa autonomia dos projetos industrializantes da região, especialmente da China, que desponta no desenvolvimento de suas forças produtivas a ponto de atingir competitividade no comércio internacional e superar sua condição subordinada na DIT.

⁴ Vale notar que o crescimento da extração de matérias-primas pela América Latina e o Caribe acaba “ofuscado” em termos percentuais, devido à expressão do crescimento asiático, que passa a dominar o comércio internacional. Porém é relevante analisarmos a natureza dessa tendência que, na América Latina, traduz-se muito mais como especialização regressiva do que desenvolvimento infraestrutural voltado à uma industrialização nacional soberana, como é o caso da China.

⁵ Na presente análise, o México não é incluído na região denominada “América do Norte”.



pela abertura das fronteiras naturais ao capital transnacional e, a partir daí, a conformação de uma economia do agronegócio, que denota o pacto de economia política entre Estado e burguesias em torno de uma inserção ativa brasileira no capitalismo financeirizado (Delgado; Paulani 2012). O período final de recuperação da crise da dívida envolve, já sob o primeiro governo FHC, a estabilização monetária e o lançamento brasileiro como plataforma de valorização financeira, através de medidas de ajuste macroeconômico austero – como reforma previdenciária, privatizações e controle fiscal – que garantissem os superávits primários, a elevação das taxas de juros e, por conseguinte, a entrada de divisas em forma de aplicações financeiras de não residentes (Carcanholo, 2008; Paulani, 2012). Esse aporte político econômico permitia a manutenção da sobrevalorização do real, alimentando as reservas nacionais, até a crise cambial de 1999 (Delgado; Paulani, 2012).

Desse ponto em diante, que coincide com a virada do milênio, volta-se o incentivo estatal ao setor primário, com a estratégia de “relançamento do agronegócio”, que envolve desde o investimento público em infraestrutura, pesquisa e financiamento direto, até o fim da política de sobrevalorização do real para garantia da competitividade internacional do setor (Delgado, 2012). As divisas advindas dos ótimos resultados de exportações primárias – com destaque para a exportação sucro-alcooleira, de soja e milho e de carne bovina e de frango – direcionam-se principalmente ao pagamento da dívida externa e ao equilíbrio da conta de Serviços no Balanço de Pagamentos, com vistas à remuneração de dividendos (Delgado; Paulani, 2012).

Ao longo da primeira década e meia do século XXI, a política de relançamento do agronegócio converte-se no principal projeto de desenvolvimento nacional, liderado pelos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores. Muito da política macroeconômica de caráter neoliberal dos governos FHC se mantém, especialmente no primeiro governo Lula, mas é possível observarmos ainda um exacerbamento do projeto de alavancagem do agronegócio. De 2001 a 2010, o crédito rural subvencionado pelo SNCR – composto em mais de 65% por fundos públicos - se expande em mais de 148%, retomam-se as políticas de equalização de preços dos produtos agrícolas e estocagem via aquisição governamental, amplia-se o reconhecimento de posse de terras devolutas, - especialmente na Amazônia Legal – e o preço da terra se valoriza em mais de 10% (Delgado, 2012). Por volta do mesmo período, de 2000 para 2010, as exportações nacionais de produtos básicos saem de uma proporção de 20% da pauta exportadora, para mais de 45%, enquanto a proporção das exportações de produtos industrializados cai de mais de 70% para menos de 50% (Paulani, 2012). Ainda entre 2004 e 2010 a indústria de transformação brasileira envolveu de um superávit de 24 bilhões de dólares



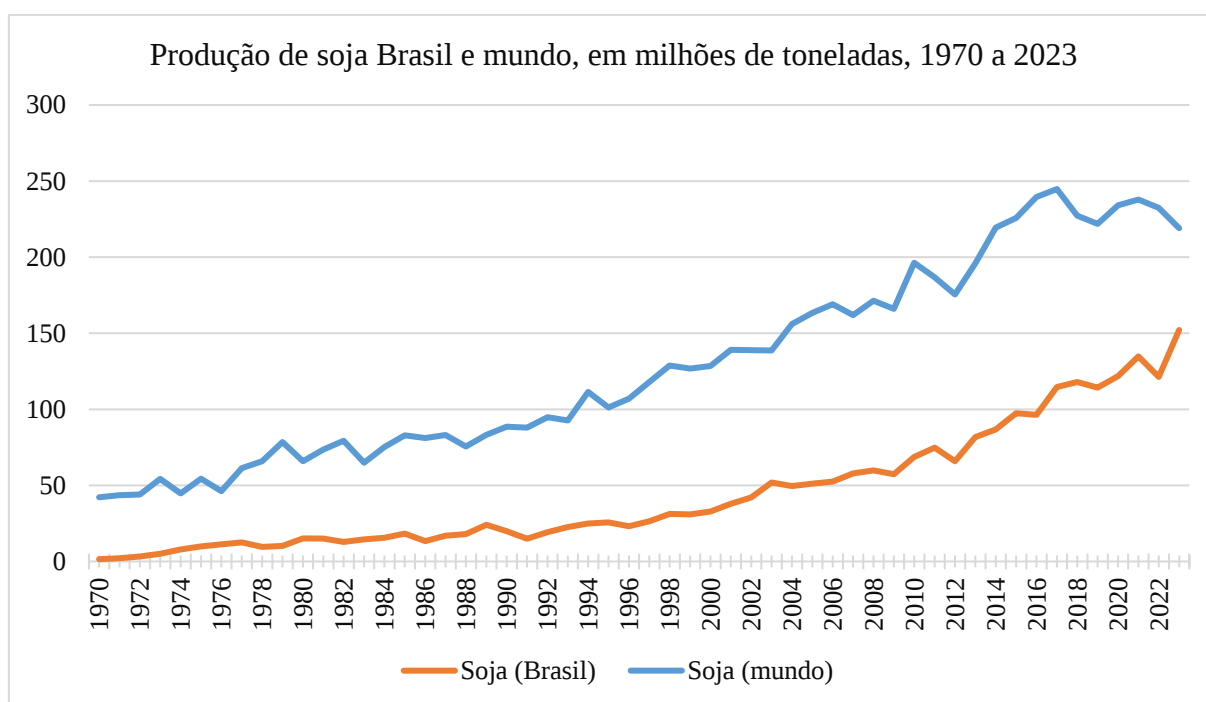
para um déficit de 34,8 bilhões de dólares no comércio exterior (Belluzzo, Almeida, 2015). Mediante esse cenário, e em contexto de crise econômica global, os bons resultados das exportações primárias não conseguem mais garantir o equilíbrio das contas externas brasileiras e a economia passa a enfrentar, de 2008 em diante, déficits não apenas na Conta de Serviços, como também na Conta Corrente (Delgado, 2012).

O que fica ilustrado nessa breve recuperação, é a reconfiguração produtiva pela qual passa a economia internacional mediante os fenômenos da financeirização e mundialização do capital, que nada mais são do que o fruto do tensionamento das contradições entre produção e realização e da tendência exponencialmente expansiva do capital, ao ponto de o MPC adentrar em crise estrutural pela impossibilidade de superação dessas distensões fundamentais e inerentes à sua reprodução. Consequentemente aprofundam-se as contradições advindas de divisões do trabalho essencialmente hierarquizadas e fundamentadas em relações de dependência, transferência de riqueza e despossessão. Para o Brasil, isso significa um processo geral de especialização regressiva de sua pauta exportadora, ancorada num projeto de desenvolvimento via economia do agronegócio e impulsionada pela teoria das vantagens comparativas, que acirra o abismo centro-periferia na DIT e estabelece a primazia das cadeias globais de valor.

As vulnerabilidades, tanto da economia internacional, quanto da doméstica, acentuam-se sob o signo das Finanças, como podemos observar pelo desequilíbrio externo que o Brasil enfrenta de 2008 em diante, a despeito do massivo aparato de investimento que constrói na década anterior, referente às exportações agrominerais. A prevalência do rentismo e a desterritorialização da lucratividade, que permite a apropriação de excedentes sem barreiras transfronteiriças, também contribuem para o aprofundamento da dependência. Já não se apresenta mais como interessante o desenvolvimento das forças produtivas para a criação de competitividade e inovação ou para a efetivação de um robusto mercado interno, quando se é possível a maximização da captura de excedentes mediante a desvalorização cambial, da força de trabalho e dos ativos nacionais. Nessa esteira, não surpreende a centralidade da exportação de soja nos anos que se seguem. Um setor que muito se beneficia da crise econômica interna que toma corpo a partir de 2014 e que pouco exige em termos de indústria de transformação ou mesmo, nos moldes atuais, do emprego de mão-de-obra. Trata-se ainda de um mercado até então bastante seguro, em vistas da demanda chinesa e do próprio arcabouço de investimento estatal, que cobre desde a isenção de impostos sobre a importação de fertilizantes até ao afrouxamento da legislação fundiária e de proteção ambiental, que poderiam se apresentar como freios ao avanço do cultivo para novas áreas agricultáveis.

É possível, mesmo, traçarmos um paralelo interessante entre o avanço do complexo da soja no Brasil e o processo de reconfiguração produtiva que acompanha a financeirização do capitalismo. Há uma considerável aceleração do crescimento das culturas de soja no mundo da década de 1970 em diante, e o Brasil se destaca sobremaneira nessa tendência. O cultivo de soja é muito estimulado, desde a década de 1970, pelo preço que a *commodity* alcança no mercado internacional, em decorrência da elevação do consumo, puxado não apenas pela demanda chinesa nas últimas décadas, como também pelo crescimento generalizado do consumo de óleos vegetais e de carnes no mundo todo, em especial nas economias emergentes (Espíndola, Cunha, 2015).

Gráfico 2: Produção de soja Brasil e mundo, em milhões de toneladas, 1970 a 2023



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do FAOSTAT⁶

Entre 1970 e 2023 se dá um incremento de 8,49 vezes na produção mundial de soja em grãos – o que a torna a cultura com maior percentual de crescimento no período – e de incríveis 111 vezes na produção brasileira, que passa de aproximadamente 1,5 milhões de toneladas produzidas em 1970 para 167,36 milhões de toneladas na safra 2022/23 (FAOSTAT, [s. d.]; CONAB, [s. d.]). O incremento da área incorporada acompanha a tendência expansiva: entre 1970 e 2023 a área colhida no Brasil aumenta em 33,7 vezes e a produtividade da cultura em quase 300% (FAOSTAT, [s. d.]).

⁶ Disponível em: <<https://www.fao.org/faostat/es/#data/QCL>>.



As possibilidades de expansão exponencial do consumo da oleaginosa, em forma de grãos, farelo, óleo ou biodiesel, aquecem os preços em toda a cadeia produtiva. Em consonância ao potencial de exploração do setor, as principais forças políticas e empresariais passam a moldar uma estrutura jurídica-institucional de suporte direto ao cultivo, como parte do pacote de investimento estatal às exportações primárias como um todo, no que se convencionou denominar “relançamento do agronegócio” (Delgado, 2012). Esse conjunto de estratégias envolve desde o investimento público em infraestrutura, pesquisa e financiamento direto, até o fim da política de sobrevalorização do real para garantia da competitividade internacional do setor (Delgado, 2012). As divisas advindas dos ótimos resultados de exportações primárias direcionam-se principalmente ao pagamento da dívida externa e ao equilíbrio da conta de serviços - com vistas à remuneração de dividendos -, além de garantirem os superávits primários, a elevação das taxas de juros e, por conseguinte, a entrada de aplicações financeiras de não residentes (Delgado, 2012; Paulani, 2012).

Ao longo da primeira década e meia do século XXI, a política de relançamento do agronegócio acentua-se: de 2001 a 2010, o crédito rural subvencionado pelo SNCR – composto em mais de 65% por fundos públicos - se expande em mais de 148%, retomam-se as políticas de equalização de preços dos produtos agrícolas e estocagem via aquisição governamental, amplia-se o reconhecimento de posse de terras devolutas, - especialmente na Amazônia Legal – e o preço da terra se valoriza em mais de 10% (Delgado, 2012). Por volta do mesmo período, de 2000 para 2010, as exportações nacionais de produtos básicos saem de uma proporção de 20% da pauta exportadora, para mais de 45%, enquanto a proporção das exportações de produtos industrializados cai de mais de 70% para menos de 50% (Paulani, 2012).

Face aos dados apresentados e ao contexto histórico da modernização técnica conservadora da agricultura brasileira, pode-se dizer que a soja funciona como o carro-chefe da construção do que se tornaria uma economia do agronegócio (Espíndola, Cunha, 2015). O investimento estatal em pesquisa e inovação, em infraestrutura e logística, em maquinários e insumos, na oferta de créditos e na política fundiária, serve ao avanço do complexo da soja pelo território, de uma cultura muito restrita à ração suína no Sul do país à primazia nacional que passa a visar o interior da Amazônia como próximo território de interesse (Espíndola, Cunha, 2015).

A soja é um marco no processo de desenvolvimento agroindustrial brasileiro. Poderíamos dividir esse processo em duas fases: antes da soja (até 1970) e depois da soja (anos 70 até os dias atuais). Antes da soja existia o Brasil da agricultura de subsistência. Com o estabelecimento da soja, surgiu o Brasil Agro empresarial. [...] As receitas diretas e indiretas provenientes da bem estruturada cadeia produtiva da



soja - que inclui, além da produção dentro da porteira, a indústria de insumos e de máquinas, antes da porteira e o complexo agroindustrial de transporte, armazenagem, processamento e exportação, depois da porteira - têm sido de enorme importância para equilibrar a balança de pagamentos do Brasil. Um, de cada quatro dólares exportados pelo agronegócio brasileiro, provém da soja. (AGROLINK, 2017, *online*)

Considerando-se não apenas as trocas comerciais diretas, como também a especulação financeira de ativos, faz sentido a tendência de mercado de estímulo ao cultivo do cereal. As possibilidades de expansão exponencial do consumo – logo, da realização do capital e da maximização da captura de excedentes – aquecem os preços em toda a cadeia produtiva. Claro que, em termos da nova DIT que segue a teoria das vantagens comparativas, a produção de maior valor agregado – maquinário, sementes, fertilizantes, processamento – concentra-se nas economias centrais, enquanto economias periféricas, como a brasileira, ficam relegadas à exploração intensiva e extensiva dos recursos, da terra e do trabalho, para exportação do produto básico em sua forma mais pura: a *commodity*.

A sanha expansionista ainda denota a contradição fundamental do capital em termos de sua tendência expansiva infinita: espera-se um crescimento progressivo e contínuo do consumo da oleaginosa, liderado pelos países emergentes, no entanto, ao compararmos o incremento do consumo entre essas economias e as economias centrais, o que podemos observar seria um crescimento em parábola, que caminha vertiginosamente em direção ao equilíbrio

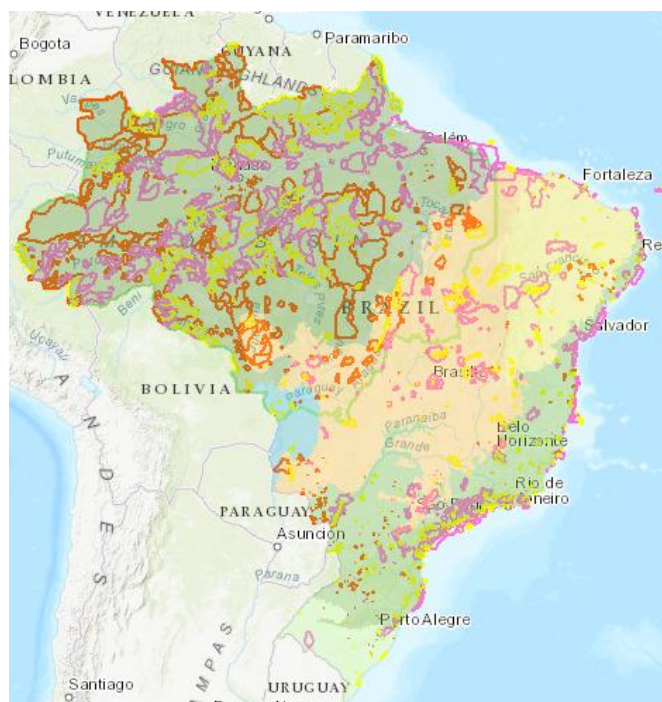
[...] estudo da FAO realizado na década de 1983 a 1993, indicou que em 1983 o consumo médio de carnes de um cidadão de país desenvolvido era 5,3 vezes maior do que o de um cidadão de país emergente (74 vs. 14 kg/pessoa/ano). Uma década depois, no entanto, essa diferença caiu para 3,6 vezes (76 vs. 21 kg/pessoa/ano), resultado do aumento no consumo dos emergentes em 50% (14 vs 21 kg/pessoa/ano), em contraste com o irrelevante crescimento de 2,7% no consumo dos desenvolvidos (74 kg/pessoa em 1983 vs. 76 kg/pessoa/ano em 1993). (AGROLINK, 2017, *online*)

Em se tratando da própria natureza expansiva da dinâmica capitalista, a simples desaceleração do crescimento pode representar sentença de colapso a todo um setor produtivo e à especulação financeira que o segue⁷. De modo que a expectativa de crescimento exponencial do cultivo de soja apenas acelera seu caminho em direção ao esgotamento, consigo carregando os desequilíbrios metabólicos socioecológicos que a atividade carrega no modelo atual, em termos de impactos ambientais, conflitos fundiários e mesmo desagregação de políticas públicas voltadas tanto à produção familiar quanto à construção de um aparato industrial nacional minimamente soberano. Ao mesmo tempo, o próprio vislumbre de desaceleração

⁷ Por isso mesmo a financeirização provoca tamanha vulnerabilidade na economia internacional. Pequenas perturbações no processo de realização do capital na cadeia produtiva podem ter impactos extensivos na esfera especulativa do capital fictício, baseado em previsões de mercado e responsáveis por fluxos astronômicos de aplicação financeira, em muito maiores que os investimentos produtivos iniciais.

apenas estimula uma maior corrida em direção ao incremento do cultivo, da produtividade e da área incorporada, com vistas ao lucro extraordinário, que embasa a concorrência capitalista e a tendência à concentração/centralização. Concorrência que não apenas não se limita aos agentes nacionais do capital – face ao fenômeno da estrangeirização de terras no Brasil e o afrouxamento da regulação fundiária que pressupõe – como também estimula a oligopolização/monopolização do setor, o que se reflete diretamente na posse e uso da terra – poder monopsônico/oligopsônico -. Mais uma vez, o estímulo de avanço do cultivo se dá, portanto, em direção ao interior da região amazônica, em decorrência dos menores preços para a aquisição de terras em território com tamanho potencial de comercialização de um ativo abundante – no caso, devido às enormes áreas de terras devolutas, Unidades de Conservação, Terras Indígenas e reservas militares, que recobrem mais de 43% a Amazônia Legal e constituem a nova fronteira de cobiça do agronegócio – (Espíndola, Cunha, 2015; Camely, 2018; Murer; Futada, 2024).

Figura 1: Mapa do Brasil para Unidades de Conservação estaduais, federais e Terras Indígenas por bioma, 2024



Fonte: Socioambiental, 2024, *online*.⁸

⁸ Disponível em: <<https://mapa.eco.br/v1/?lang=pt-br&layers%5B%5D=jurisdicao.amlegal&layers%5B%5D=ambiente.biomass&layers%5B%5D=ucs.limitsEstaduais&layers%5B%5D=ucs.limitsFederais&layers%5B%5D=tis.limits&layers%5B%5D=desmatamento.0&baseLayer=base.topographic¢er%5B%5D=-11.049038346537094¢er%5B%5D=-55.98632812500001&zoom=4&minZoom=4&maxZoom=15>>.



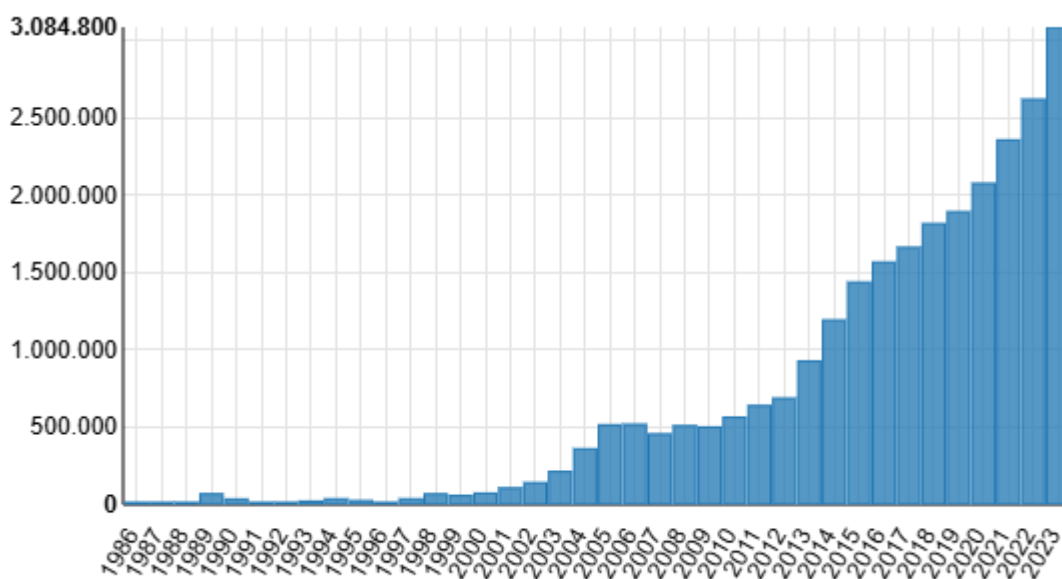
A dinâmica descrita até aqui, expressa ainda uma outra faceta importante de tensionamento do capital: a alienação, do trabalho e territorial, embutida nos processos desiguais que conformam as divisões técnicas, sociais e territoriais do trabalho (Harvey, 2016). Tais processos se refletem tanto na nova DIT, quanto na regionalização produtiva brasileira – ambas baseadas na especialização que decorre das vantagens comparativas - em favor da sustentação da lucratividade a despeito de quaisquer efeitos colaterais, adversos ou positivos, para a classe trabalhadora ou para o próprio metabolismo social-natural. Isso significa apontar que não apenas não há interesse de superação das desigualdades geográficas, como também que elas se demonstram essenciais para a reprodução do capital (Harvey, 2016). Exemplo manifesto da instrumentalização das desigualdades geográficas pelo grande capital é a conversão, na história recente, da região norte e da Amazônia em “plataforma à exportação de mercadorias e transformação da natureza em valores de troca” (Zibechi, 2012).

Desde a década de 1970, com o II PND, o Estado, em regime ditatorial, passa a inventariar os rios e bacias amazônicas com vistas ao aproveitamento energético e à navegabilidade para o escoamento da produção de *commodities*, com destaque para a soja (Zibechi, 2012). Da virada do milênio em diante esse processo toma força, em razão do incremento de capacidade técnica para efetivação desses grandes projetos, além da conformação político-institucional favorável à sua realização, mediante a mais bem articulada orquestração de interesses que se convencionou denominar “concertação política do agronegócio” (Pompeia, 2020). A implementação de infraestrutura - impulsionada pelos empreendimentos da Iniciativa à Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimento do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – voltada à logística do escoamento de mercadorias pelo Pacífico, com destino aos mercados asiáticos, se vale da construção de hidrelétricas, hidrovias, rodovias, ferrovias, aeroportos, plataformas fluviais e vilarejos inteiros dedicados ao erguimento das estruturas (Zibechi, 2012).

O caminho de entrada ao grande capital assim se abre e a região, atrativa pelos baixos preços de aquisição de terras e predomínio da grilagem, passa a integrar as novas áreas de interesse à expansão do cultivo da oleaginosa. Entre 1990 e 2000 a área colhida de soja em grão no Norte aumenta 2,3 vezes, saindo de 30.920 hectares para 71.960 hectares, enquanto de 2000 a 2023 o incremento da área colhida é da ordem de 42,85 vezes, atingindo o patamar de 3.084.069 hectares; o que indica o aceleração do avanço do cultivo para a nova fronteira verde (IBGE, [s. d.]).



Gráfico 3: Evolução área plantada de soja no Brasil, em toneladas, 1986 a 2023



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

São essas dinâmicas estruturais que posicionam o Brasil enquanto primário-exportador e a Amazônia como território de reserva de riqueza e valorização de capital, dependente à dinâmica econômica do eixo Centro-Sul. De forma que se faz essencial voltarmos nossos olhares para os padrões de reprodução do capital em suas unidades subnacionais e para o processo de especialização regressiva que se desenrola nas Unidades Federativas da região Norte, responsáveis por perpetuar a condição de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental a que o território e a população estão submetidos historicamente.

Se os dados de comércio exterior indicam uma tendência geral de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora nacional, os Coeficientes de Especialização (CEi) e Quocientes de Localização (QL), elaborados por Trindade (2020), nos indicam uma tendência particular para o que chama de economias periférico-regionais. Entre 1996 e 2016 a reconfiguração produtiva brasileira, em torno à reprimarização, causa alteração da escala geral do CEi para o território nacional, o que se expressa, por exemplo, nos resultados para o estado de São Paulo – UF de maior diversificação produtiva nacional – que passa de um CEi de 0,136 para 0,160⁹ (Trindade, 2020). Já os estados da região Norte, permanecem todos na categoria da mais alta especialização produtiva relativa ao território nacional, com exceção do Amazonas, que mantém seu caráter de Média-Baixa diversificação, desde 1996, devido à presença da ZFM;

⁹ O cálculo do CEi vai de 0 a 1, sendo 0 a maior diversificação produtiva possível, em relação ao total do território nacional e 1 a maior especialização produtiva possível, em relação ao total do território nacional.



contudo, devemos pontuar que o Amazonas passa da posição 11 no ranking nacional de menor para o maior CEi, para a posição 13 entre 1996 e 2016, ou seja, torna-se menos diversificado em relação ao total nacional (Trindade, 2020). O estado do Pará também apresenta acentuada tendência à especialização regressiva, passando do segundo estado do norte com maior diversificação produtiva em 1996 – mesmo estando na categoria de Alta Especialização – para o estado mais especializado do Brasil em 2016 (Trindade, 2020). Especialização essa que se dá no âmbito da produção primária e do extrativismo, tendo em vista que, em 2016, o estado se converte na UF de mais alta especialização na Extração de minerais metálicos, com um QL de 12,746 (Trindade, 2020). Essa posição era ocupada, em 1996, pelo estado do Amapá, que aparece em 2016 como a UF mais especializada na categoria Produtos de madeira (Trindade, 2020).

O que se vê, portanto, é uma fragmentação produtiva em território nacional, baseada na desigualdade inerente à divisão territorial do trabalho sob uma estrutura capitalista. Para além, é perceptível a reprodução do padrão Centro-Periferia interregionalmente, em que a região Norte – e a Amazônia Legal como um todo – ocupam a posição de reserva patrimonial, promovendo a transferência de suas riquezas para o eixo econômico central nacional e para o exterior, por conseguinte. Como consequência do estabelecimento dessa “zona de sacrifício” ao desenvolvimento nacional, manifestam-se também a menor reversão produtiva em empregos formais, logo, flexibilização, informalidade, perda da capacidade de organização política/sindical e, logo, de reivindicação de direitos pela classe trabalhadora, que constitui as desigualdades inerentes da desqualificação do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que observamos, a partir do descrito, é uma reconfiguração produtiva e dos fluxos de capitais em torno à nova DIT que emerge tanto do processo de financeirização do capitalismo, quanto dos avanços técnicos informacionais e científicos. Esses últimos impulsionados pela ampliação sem precedentes do volume de capital acumulado em decorrência dos processos de expansão do capital fictício na economia internacional, que forçam a abertura de novas frentes produtivas ao capital privado nas economias periféricas. Nesse ponto, estabelece-se, domesticamente, uma classe rentista e entreguista, ávida pela abertura das fronteiras naturais ao capital transnacional e, a partir daí, a conformação de uma economia do agronegócio, que denota o novo pacto de economia política entre Estado e burguesias, em torno de uma inserção ativa brasileira no capitalismo financeirizado. Nessa esteira, não surpreende a centralidade da



exportação de soja, um setor que pouco exige em termos de indústria de transformação ou mesmo, nos moldes atuais, do emprego de mão-de-obra. Trata-se ainda de um mercado até então bastante seguro, em vistas da demanda chinesa e do próprio arcabouço de investimento estatal, que cobre desde a isenção de impostos sobre a importação de fertilizantes até ao afrouxamento da legislação fundiária e de proteção ambiental

Podemos dizer, portanto, que a soja funciona como o carro-chefe da construção do que se define como economia do agronegócio; o investimento estatal em pesquisa e inovação, em infraestrutura e logística, em maquinários e insumos, na oferta de créditos e na política fundiária, serve ao avanço do complexo da soja pelo território, de uma cultura muito restrita e voltada à ração suína no Sul do país, à primazia nacional que passa a visar o interior da Amazônia, como próximo território de interesse. Tais processos se refletem tanto na nova DIT, quanto na regionalização produtiva brasileira – ambas baseadas na especialização que decorre das vantagens comparativas - em favor da sustentação da lucratividade a despeito de quaisquer efeitos colaterais para a classe trabalhadora ou para o próprio metabolismo social-natural.

Ou seja, falamos aqui da instrumentalização de uma regionalização historicamente desigual que, basicamente, replica internamente a dinâmica centro-periferia de transferência de riquezas da última à primeira, contribuindo, nesse caso, para a especialização regressiva das Unidades Federativas da região Norte e o consequente aprofundamento da dependência desses com o eixo Centro-Sul. Essa dinâmica torna-se especialmente perigosa frente à sanha de expansão do capital para novas frentes de investimento – produtivo e da especulação derivada desse -. No caso da Amazônia brasileira, observamos a crescente “integração” nacional desse território pela aquisição de terras a preços baixos e, assim, sua incorporação à agroindústria primário-exportadora, como receptáculo de tecnologias estrangeiras ou nacionalmente produzidas no eixo Centro-Sul. Para a expansão do complexo da soja, esse é justamente o motor inicial da expansão para o Norte, desde o fim da década de 1990, juntamente às condições climáticas e topográficas, bem como incentivos fiscais e, cada vez mais, vantagens logísticas ao escoamento dos grãos (Espíndola, Cunha, 2015). De maneira que observamos se repetir no território, que é o *locus* de nossa análise, as principais condições estruturais que definem a dependência e, assim, reforçam a impossibilidade de freio ao projeto socioecologicamente destrutivo para a região, sob a vigência do modo de produção capitalista, pelo que retomamos desde a Acumulação Primitiva do capital.

A urbanização que acompanha a expansão da fronteira agrícola e a estrutura envolta na exploração mineral carrega consigo, ainda, precariedades que sujeitam a população a



vulnerabilidades sociais, contribuindo para o alargamento da disparidade entre a riqueza extraída da floresta e as condições de vida geral, acentuando a contraditoriedade do bem-estar social às custas da superexploração da natureza e do trabalho. Observamos, assim, que os resultados da conformação financeiro-primária na Amazônia ao longo do século XXI, não resulta em ganhos de qualidade de vida regionalmente, convertendo a região em zona de sacrifício a um desenvolvimento calcado na expansão do acesso ao consumo, que sequer reflete verdadeiro avanço em direção à redistribuição de renda prometida. O preterimento ao desenvolvimento social da região Norte, o estímulo ao latifúndio, a retomada dos grandes projetos infraestruturais e, especialmente, o avanço da cadeia produtiva da soja para o Norte – nosso objeto especial de investigação –, são exemplos da expressão do pacto de economia política conciliatório empreendido pelo Estado brasileiro historicamente.

REFERÊNCIAS

- AGROLINK. **A saga da soja no Brasil e no Mundo**. 2017. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/a-saga-da-soja-no-brasil-e-no-mundo_400724.html#:~:text=De%201970%20a%202017%2C%20a,diferente%2C%20segundo%20dados%20do%20USDA. Acesso em 11 abr. 2025
- BARRETO, Eduardo Sá. **O Capital na estufa**: para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. Como recuperar o vigor industrial. Em: **Austeridade para quem?** Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior, 2015. p. 23-35.
- CAMELY, Nazira. **Imperialismo, ambientalismo e ONGs na Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Abertura e vulnerabilidade externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica”. In: XAVIER, Clésio Lourenço. **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: Edufu, 2004.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONAB. **Portal de Informações Agropecuárias**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). 1 ed. UFRGS Editora: 2012.
- ESPÍNDOLA, Carlos José; CUNHA, Roberto César Costa. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. Em: **GeoTextos**, vol. 11, n. 1, julho, 2015.



FAOSTAT. [S. l.], [s. d.]. **Crops and livestock products**. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/es/#data/QCL>. Acesso em: 11 abr. 2025.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. 17 Contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE PAM. **Produção Agrícola Municipal: Área colhida - Lavouras temporárias (Hectares)**, 1990 – 2023. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 11 abr. 2025

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. 5. ed. México: Era, 1973.

PAULANI, Leda Maria. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexãosobre a situação atual à luz da história. In: **Boletim de Economia e Política Internacional**, [s.l.], v. 10, n. 10, p. 89-103, abr. 2012. Trimestral. IPEA

POMPEIA, Caio. **CONCERTAÇÃO E PODER: O agronegócio como fenômeno político no Brasil**. São Paulo: USP, 2020.

TRINDADE, José Raimundo. **Agenda de debates e desafios teóricos: a trajetória da dependência e os limites do capitalismo periférico brasileiro e seus condicionantes regionais**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

UNEP IRP. **Global Material Flows Database**. 2024. Disponível em: <https://unep-irp.fineprint.global/mfa?perPage=10&orderBy=countryName&orderDir=asc>. Acesso em: 05 nov. 2024.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência: Entre a integração regional e um novo imperialismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.